

Relatório sub-regional de avaliação das dinâmicas territoriais integradas

Baixo Guadiana

Atividade 1.3.2. do Projeto
“Articular para Intervir III”



Conteúdo

1. Introdução	3
2. Enquadramento territorial	4
2.1. Caracterização do território sub-regional	4
3. Avaliação da Estratégia 2020	5
3.1. Objetivos e estratégia GAL 2020	5
3.2. Balanço da implementação da estratégia	10
3.3. Análise das avaliações da implementação dos fundos	13
3.4. Governança - complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos	15
4. Metodologia e tipologia de atividades	16
4.1. Estudo de benchmarking de melhores práticas - A1.1.5	16
4.2. Oficina temática local - A1.4.2	16
4.3. Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário) - A1.4.5	16
4.4. Outros: Questionários e Entrevistas a stakeholders ou “Focus Group”	16
5. Estratégia Algarve 2030 e a sub-região	17
5.1. A visão dos stakeholders sobre a estratégia, para a sub-região	17
6. Estratégia sub-regional 2030	18
6.1. Revisitação da estratégia sub-regional – prioridades 2030	18
6.2. Modelos de governança territorial – desafios e complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos	19
7. Conclusão	22
8. Anexos:	23
Anexo 1. Apresentação da ADL (missão e objetivos)	23
Anexo 2. Análise da auscultação aos cidadãos – A1.4.5.	24
Anexo 3. Análise questionários de revisitação da estratégia	26

1. Introdução

Este documento tem como objetivo elaborar uma avaliação das dinâmicas regionais integradas e em rede, com base no valor acrescentado sobre o conhecimento das ADL's sobre a realidade local, num processo de revisitação das estratégias sub-regionais, nomeadamente no Baixo Guadiana.

É parte integrante da 1ª fase do Projeto “Articular para Intervir III”, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) em parceria com as ADL's Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, a Associação IN-LOCO, de Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local, e a Associação Terras do Baixo Guadiana.

Dadas as características do Sotavento Algarvio, em particular da sua estreita ligação com o concelho de Mértola, com processos de desenvolvimento local integrados, apesar das divisões administrativas, este documento reflete as dinâmicas em todo o Baixo Guadiana e não somente o Sotavento Algarvio.

Pretendeu-se, aquando da candidatura, que este documento pudesse contribuir, conjuntamente com os das outras duas sub-regiões, para a elaboração da estratégia Regional 2030 para o Algarve. Dados os atrasos no processo de candidatura e o impacto do covid-19, este relatório foi elaborado posteriormente à aprovação da Estratégia 2030. Contudo, todo o trabalho realizado desde o início do Projeto “Articular para Intervir” contribuiu para a Estratégia regional:

Alinhando os diferentes objetivos de política, o Algarve, mais do que seguir tendências de planeamento, tem de visitar as abordagens recentes, muitas das quais ainda só iniciaram caminho, e capacitar os atores regionais para encontrar instrumentos robustos que sirvam, as problemáticas, o território e as comunidades, posicionando-os para enfrentar os desafios sociais e as vulnerabilidades vigentes.

Com esse objetivo surgiu o Projeto “Articular para Intervir III”, apoiado pelo Programa Operacional Regional. Na parceria liderada pela CCDR Algarve, reforçam-se os laços territoriais e aproxima-se a administração do território, em rede e de forma subsidiária, através das três Agências de Desenvolvimento Local do Algarve (ADL).¹

Optou-se, assim, por analisar as avaliações das várias intervenções com incidência na sub-região, fazer um balanço da implementação sub-regional, de forma participada, e propor linhas estratégicas específicas para o Baixo Guadiana. Esperamos que este documento possa contribuir para repensar o território e favorecer a melhoria do bem-estar das gentes do Baixo Guadiana e de quem o visita.

¹ In Estratégia Algarve 2030, pág. 172.

2. Enquadramento territorial

2.1. Caracterização do território sub-regional

O território do Baixo Guadiana situa-se no extremo sudeste de Portugal continental, com incidência sub-regional, tendo Espanha e o Oceano Atlântico como fronteiras a Este e Sul respetivamente. Abrange as freguesias de 5 concelhos, nomeadamente:

- 1 Concelho do Alentejo, Mértola, com 3 freguesias, nomeadamente: Mértola, Espírito Santo e UF S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e S. Pedro de Sólis.
- 4 concelhos do Algarve: 1. Alcoutim, 2. Castro Marim, 3. Vila Real de Santo António e 4. Tavira - com as freguesias: UF Conceição e Cabanas de Tavira, UF Santa Maria e Santiago e Santa Luzia.

Este território predominantemente rural, prolonga-se até ao Oceano Atlântico, numa relação natural entre a serra e o mar. De facto, as comunidades locais serranas aproximam-se do litoral para a compra e venda de mercadorias, para aceder a escolas e serviços públicos, e muitas vezes instalam-se no litoral, mantendo contato com a zona rural. Muitas destas famílias acabam por viver na serra e trabalhar no litoral ou vice-versa. Assim, os limites apresentados correspondem aos limites dos fluxos das comunidades locais do Baixo Guadiana.

Poderia parecer óbvia a delimitação de um território associando concelhos contíguos, sem separar um concelho em duas partes. Esta separação sucede com frequência em concelhos muito vastos. No concelho de Mértola, de forma natural: só uma parte das freguesias do concelho de Mértola, as freguesias junto ao Guadiana e à ribeira do Vascão, fronteira regional, têm relações sociais e culturais com as vizinhas freguesias do concelho de Alcoutim. Acontece por fim no concelho de Tavira, dada a relação histórica, mas também económica com as freguesias vizinhas rurais.

Fundamental é a permanência de uma cooperação alargada no contexto deste território, que não constituindo uma unidade administrativa com personalidade jurídica em si mesma, possui a configuração ideal para a concretização de projetos cooperativos para o seu desenvolvimento, que permitem (re)utilizar o Guadiana como espinha dorsal do mesmo, tal como foi feito, com grande sucesso, ao longo de inúmeros séculos. Esse modelo, que a ATBG consubstancia de forma simples e eficiente, permite contornar as dificuldades políticas de uma reconfiguração, e deve, portanto, ser considerado um elemento estratégico da maior relevância. Resta, no atual quadro comunitário, até 2020, incentivar o aprofundamento do seu papel regional, e expandir a sua atividade enquanto alavanca para o progresso deste território.

3. Avaliação da Estratégia 2020

3.1. Objetivos e estratégia GAL 2020

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) 2013/2020

VISÃO

O Baixo Guadiana será, em 2020, um território mais coeso, capacitado e inclusivo, com uma dinâmica reforçada assente na agricultura, no património e no turismo, com uma capacidade acrescida de cooperação competitiva, geradora de empreendedorismo, incorporando criatividade e inovação na valorização dos seus recursos distintivos, através de uma rede local de parceiros e de uma base comunitária, capaz de robustecer o capital social e territorial que o rio Guadiana estrutura.

OBJETIVOS

De acordo com a visão enunciada, a EDL para o Baixo Guadiana incidirá sobre 4 áreas temáticas específicas, a que se acrescentam outras quatro com efeitos transversais, que, no seu conjunto, permitem realizar os objetivos enunciados para o território.

1. No que respeita ao setor do **TURISMO**, será importante a promoção de uma imagem turística conjunta do Baixo Guadiana, tendo como eixo o curso fluvial, com vista à obtenção de sinergias transversais, que dinamizem vários setores em simultâneo, impulsionando o consumo de produtos e serviços locais (acolhimento, restauração, artesanato, produtos locais, etc.). Para melhorar os resultados deste segmento, e como forma de incrementar as qualidades e capacidades dos serviços já existentes, é relevante apoiar a criação e modernização de microempresas e associações, incentivando a interligação do turismo (nas suas diversas vertentes, natural, cultural e de lazer) com as restantes dinâmicas económicas do território. Há um elevado potencial de inovação nesta família de produtos ainda por concretizar, e com evidentes oportunidades de empreendedorismo e criação de emprego a ele associados, em especial nos domínios da estruturação de produto e animação turística.
2. Tratando-se de um território maioritariamente rural, o setor **AGROFLORESTAL** e dos Produtos locais ocupa um papel de grande relevo neste âmbito. Os objetivos principais para este setor relacionam-se com a modernização das explorações agrícolas, principalmente as englobadas pelos diferentes perímetros de rega presentes, a dinamização das atividades complementares à atividade agrícola e o acentuar do valor dos produtos de qualidade existentes bem como dos emergentes. Estes recursos são, no Baixo Guadiana, uma parte fundamental da estratégia, já que possuem características de qualidade e muito potencial para inovação assente numa base de produção tradicional, que preservou esse valor.
3. Outro grande objetivo deve ser a integração dos processos de **TRANSFORMAÇÃO**, promovendo o desenvolvimento de fileiras para os produtos distintivos do território, associados à constituição ou dinamização de mercados locais, favorecendo, numa primeira etapa, e de acordo com a escala produtiva existente, as cadeias curtas de distribuição. Esta estratégia deve incluir a promoção social integrada dos produtos locais, principalmente os associados à Dieta Mediterrânica e, do mesmo modo, identificar e incentivar segmentos de transformação inexistentes ou que requeiram modernização, que possam gerar novas

pequenas unidades industriais, contribuindo para o aumento do número de postos de trabalho.

4. A ligação com o tema do **PATRIMÓNIO** Natural e Cultural, um dos recursos de maior valia intrínseca e potencial para o desenvolvimento local, é, por isso, evidente. Neste segmento, a conservação dos valores existentes é fundamental, mas na primeira linha de atuação deve estar, estrategicamente, a promoção dos aspetos diferenciadores aqui sedeados (o lince ibérico, a paisagem, a avifauna, o rio Guadiana). Nestes dois últimos temas, deve incentivar-se a aquisição de conteúdos informativos de modo a ter um nível de qualidade na interpretação patrimonial que sirva, por si só, como estratégia de marketing do território, assegurando-lhe, nesse campo, um valor distintivo. Muitos destes recursos não estão dotados de uma «configuração de apresentação turística» (que precisamente fomenta a conservação e a educação para os valores patrimoniais em conjunto com a estruturação do lazer como forma de apropriação), e este é um nicho existente no território que pode gerar hipóteses de emprego e autoemprego. Paralelamente, as artes e ofícios tradicionais são o irmão gémeo deste campo, incidindo sobre a vertente dos saberes culturais, e onde acresce a possibilidade de inovação sobre as matérias primas, introduzindo, na sua produção, a visão da contemporaneidade que, nos recursos naturais, fica reservada ao modelo e aos atuais processos de fruição.

É inegável que o território do Baixo Guadiana, da serra ao litoral, tem dimensão e qualidade suficientes para esta estratégia. Relativamente aos temas nucleares no que aos recursos respeita - aproveitados ou potenciais - é nas **áreas transversais** que os objetivos estratégicos mais se identificam com os constrangimentos do território, vertentes que importa melhorar e resolver.

1. O desenvolvimento de projetos que incluam ou favoreçam a **INCLUSÃO** das populações mais desfavorecidas abarca sempre dois aspetos em paralelo. Por um lado, dada a dimensão da população que apresenta carências de algum tipo (de capacidade económica, de estrutura de suporte familiar ou social, de emprego, de qualificações, de autonomia em muitos planos), a resolução destes problemas contribui para a criação de inúmeras oportunidades de autoemprego, de emprego social e cooperativo, de dinamização de empresas prestadoras de serviços nestas áreas sociais. Por outro, contribui para um claro aumento da qualidade de vida das populações residentes que são mais frágeis ou dependentes. Um ganho adicional pode ser referido: assente, na sua maioria, num enquadramento de solidariedade intergeracional, ajuda a fortalecer o espírito comunitário. O trabalho dinamizado através da EDL tem como complemento ganhos de escala, ao propor estratégias de atuação que são intermunicipais, fortalecendo a identificação com o território e o sentimento de pertença por parte de todos os seus residentes e favorecendo a integração territorial e os laços entre as diversas comunidades que partilham o Guadiana e a sua área de influência.
2. A qualificação e formação no setor fomentam, também, a igualdade de oportunidades, abrindo novas áreas de empregabilidade. A **CAPACITAÇÃO**, em variados domínios que se relacionam com as áreas temáticas antes citadas, deve ser encarado como um aspeto decisivo para o território, já que é evidente que, como forma de vencer dificuldades estruturantes (distâncias aos grandes centros, escassez populacional e massa crítica, pouca capacidade de investimento local), a excelência é a da maior importância. E não apenas no que à qualidade dos recursos respeita, mas igualmente nas qualificações profissionais da mão de obra disponível. A capacitação favorece uma melhor gestão, um melhor desempenho profissional (ambos com ganhos de rentabilidade) e ainda funciona como fator atrator de investimento uma vez que essa qualidade e disponibilidade são relevantes para as opções dos empresários.

No caso de novos povoadores permanentes, a ideia é capacitar igualmente em modalidades que fomentam a integração territorial, facilitando o processo de identificação comunitária.

3. Daí uma grande aposta neste domínio, assim como em **Investigação e Desenvolvimento (I&D)**, outra via fundamental para a obtenção de alto nível de qualidade e aproveitamento dos recursos, com a vantagem adicional de que, a partir de uma base científica, se conseguem, em paralelo, os procedimentos de maior eficácia e de maior rentabilidade (sem comprometer a qualidade), e as regras adequadas à sustentabilidade dos mesmos, com ganhos no plano ambiental, mas também no económico, uma vez que se assegura a continuidade dos mesmos (usufruto sustentável), dando uma base estável aos investimentos realizados e/ou a concretizar.
4. No plano das políticas de **AMBIENTE**, cruzam-se as vantagens económicas de incentivar projetos que incluam a eficiência energética, a produção de energia renovável e a restrição de emissões de CO₂, com a promoção de práticas, na gestão e usufruto dos recursos, que salvaguardem a sua qualidade e durabilidade, essenciais para a identidade e valor deste território.

A EDL pretende ainda destacar, nas opções estratégicas, a importância da localização **geográfica** deste território, que pode permitir políticas de trabalho em rede, com incentivos à partilha de bens e serviços, fomentando a COESÃO (quer entre o Alentejo e o Algarve, quer com a vizinha Espanha, com quem partilha, em quase todo o seu espaço físico, a margem oposta do Guadiana). A dinamização de projetos que, para lá das áreas temáticas, partilhem deste conjunto de objetivos, entendidos como decisivos para o território, deve ser incentivada a partir da Parceria e não meramente da ETL, estreitando os laços entre as duas. Este modo de atuação promove uma Cidadania ativa, um elevado grau de envolvimento e identificação comunitária, uma construção participativa na consolidação de um modelo de desenvolvimento que importa a todos os agentes operativos do Baixo Guadiana, pelo seu relevo económico, social, ambiental e cultural.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Património Natural gerador de usufruto sustentável
- Capacidade de absorção de emprego em diversas áreas profissionais
- Nova e renovada rede viária facilitadora das conectividades
- Crescente procura dos recursos locais de qualidade (produtos, gastronomia, património, atividades ocupacionais)
- Aumento dos mercados externos para produtos endógenos emergentes
- Articulação com I&D facilitada (CRIA/IPBeja)
- Incentivos agrícolas e às políticas de desenvolvimento local-rural
- Existência de Instrumentos de Planeamento e Ordenamento

Principais Ameaças

- Aumento do processo de desertificação e do risco de incêndio
- Predominância de um modelo de bem-estar
- associado à urbanidade e que desvaloriza o espaço rural

- Dificuldade em atrair e fixar população devido à insuficiente rede de infraestruturas de apoio social e empresarial
- Legislação restritiva para as pequenas indústrias agroalimentares

Principais Pontos Fortes

- Valor estruturante do rio Guadiana e das 3 áreas protegidas
- Predisposição das entidades para parcerias
- Rede associativa qualificada de proximidade dinamiza e forma o capital social
- Conetividades: serra/litoral, Baixo Alentejo/Algarve, Portugal / Espanha
- Recursos endógenos de competitividade e inovação em produtos (agroalimentares), infraestruturas (10 barragens de regadio), saberes tradicionais, património cultural, desporto, lazer e turismo
- Boas práticas empresariais (sal, TER, mel, pão, PAM) para benchmarking de proximidade
- Condições favoráveis à produção de energias renováveis

Principais Pontos Fracos

- Deficiências na navegabilidade fluvial
- Baixa qualidade dos solos
- Índices de envelhecimento, despovoamento e qualificações
- Resistências à inovação
- Incipiente empreendedorismo e gestão de recursos
- Rede de agentes locais com fraca dinâmica
- Dependências na transformação e comercialização

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

DESAFIOS

1. Expandir a solidariedade territorial existente (que foi a geradora da EDL) para um patamar de gestão e dinamização económica e social integrada do território, tornando mais relevante o seu papel regional e transfronteiriço em prol da qualidade de vida da sua população; este processo requer a total assunção, pelos stakeholders, de que a soma das parcelas específicas (que cada um deles representa) se torna muito mais expressiva numa atuação conjunta, fazendo o trabalho em rede crescer em número e em intensidade.
2. Alargar a dimensão e diversidade potencial da parceria para uma gestão participativa e integrada dos diferentes domínios de atuação da EDL; o seu sucesso depende de uma mobilização mais ativa, daí um modelo de governança que implica objetivamente uma cidadania mais ativa.
3. Concretizar uma parte do capital de sedução do território, acrescentando, aos recursos e às capacidades locais, a mobilização de novos agentes ativos, se possível em regime de permanência, contribuindo para o crescimento do investimento, mas também da massa crítica e da representatividade disponíveis.
4. Garantir, pelo sucesso da gestão económica e social dos recursos, a diminuição dos índices de risco e de desequilíbrio interterritorial, particularmente nos domínios da demografia, da qualificação e das oportunidades.
5. Conseguir reconstruir a identidade histórica (com as suas vertentes sociais e económicas) que durante séculos uniu as comunidades ribeirinhas e litorâneas dos cinco concelhos. Uma cultura

partilhada será a cola que agrega as tipologias que pavimentam a via para o desenvolvimento local.

6. Assegurar o desenvolvimento homogéneo do território, reduzindo ou eliminando as desigualdades que nele ainda persistem.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

1. Assegurar um uso sustentável dos recursos existentes, promovendo o trabalho em rede e/ou cooperativo como matriz de atuação, de modo a obter escala, certificação e viabilidade, essenciais à continuidade e à sustentabilidade das atividades económicas geradoras de emprego (ou autoemprego).
2. Conseguir um padrão de excelência para a diversidade dos recursos existentes, fazendo sobressair, do seu somatório, e como sinónimo dessas qualidades (ambientais e culturais), a marca «Baixo Guadiana», assumindo a sua clara afirmação como representativa de «sub-região» turística.
3. Conseguir uma distribuição menos sazonal dos fluxos (quer das fileiras produtivas, quer da fruição turística), de modo a estabilizar os indicadores em postos de trabalho, essenciais à recuperação e sustentabilidade económica do território.

COERÊNCIA COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Proteger a sustentabilidade, usando os recursos sem os depauperar até à exaustão, antes assegurando o equilíbrio do seu usufruto e a boa gestão ambiental.
2. Incentivar várias formas de criação de emprego, quer no uso dos recursos locais, quer pela economia social / empreendedorismo social (promovendo a solidariedade intergeracional), e pela criatividade e inovação, sem perder de vista a necessidade de inclusão e igualdade, preferivelmente sob a forma de inclusão ativa e de capacitação.
3. Fortalecer os laços identitários e comunitários, unindo diferentes tipos de recursos e características na construção de uma «imagem de marca».
4. Garantir o alinhamento e complementaridade com outros instrumentos de política regional, nacional e da União Europeia que se integrem nos conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável e no perfil da abordagem LEADER.



3.2. Balanço da implementação da estratégia

“O DLBC, na sua versão alargada aos diferentes fundos, revelou-se um instrumento com um modelo de governação complexo, com regulamentação inflexível e pouco atrativa para os atores locais, tendo-se verificado diferentes interpretações do instrumento, gerido por diferentes autoridades de gestão e de pagamento, com implicações negativas na implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local e, consequentemente, no empoderamento das comunidades e no desenvolvimento e coesão dos territórios”².

Um balanço de uma atuação, implica a elaboração prévia de metas e impactos concretos, baseados na estratégia, e de um programa de **monitorização** dessa atuação, que não se restrinja às verbas gastas ou ao número de projetos. Esse sistema de monitorização ainda não foi criado, pelo que o balanço deve forçosamente, ser intuitivo, qualitativo.

As ADL's não podem funcionar como empresas, nem como entidades públicas. São estruturas que fazem um serviço público e devem ser reconhecidas pelo seu papel. Esse reconhecimento passa, antes de tudo, por **o Estado não atrasar as transferências das verbas** já pagas pelas ADL's para a implementação de atividades, quer de animação, gestão ou de projetos. Este compromisso por parte da Administração Pública (local e central) promoveria a confiança e o diálogo entre as partes, fundamental para uma gestão de excelência e os seus impactos.

Princípios da abordagem LEADER

- O princípio básico da abordagem LEADER de passagem de competências para o nível local, com parcerias que tinham estratégias foi esvaziado.
- A animação foi só extensão rural.
- Não foram respeitados os 7 princípios da abordagem leader na sua implementação. 1º Parceria local. 2º Participação dos atores locais. 3º Plano de desenvolvimento local (PDL). 4º Multi-setorialidade. 5º Subvenção global. 6º Autonomia de decisão. 7º Trabalho em rede.
- Os instrumentos FiZE e +Coeso emprego, a decisão final é da responsabilidade das AG e não do GAL, o qual apresenta apenas uma proposta de decisão.

A animação é vulgarmente vista como forma de difusão dos programas de incentivos. Esta visão não é correta. A animação permite a articulação entre a Parceria (no caso do Baixo Guadiana, de 64 atores), permite a orientação para a implementação da estratégia, aumentando assim as probabilidades de ter impacto. Salvaguarda o território dos investimentos somente de atores que têm acesso a bons consultores, que sabem fazer candidaturas bem feitas e bem justificadas, mas que em nada contribuem para a melhoria das condições de vida locais, e fixação da população.

DLBC rural funcionou com plurifundos, sendo que o FEADER teve gestão centralizada pela AG do PDR 2020/IFAP e o FEDER/FSE teve gestão repartida entre CCDR's – CRESC Algarve e Agência de Desenvolvimento e Coesão. A Região do Algarve foi a única a nível nacional onde os GAL tiveram um papel de acompanhamento da execução dos projetos no terreno (ainda que as decisões de execução sejam exclusivamente das AG) até ao fim. Nas restantes, as ADL's não acompanham a execução e os promotores contactam as ADL's, sentindo-se desacompanhados.

A autonomia dos GAL é bastante limitada, em particular na gestão local dos avisos nos casos do **FEDER e FSE**. Com orçamento do DLBC, fez-se avisos nacionais. Não é uma intervenção territorial bottom-up. Perverte os objetivos que tinha. PO Regionais com política centralizada, gestão

² Pacto DL 2030, Federação Minha Terra

centralizada e pouca autonomia das CCDR de implementação das medidas. Entregou-se muitas fases do processo aos consultores, perdendo assim a capacidade de influenciar a implementação da estratégia.

PADRE: Uma intervenção inovadora e teoricamente muito interessante. Na prática, a relação entre os GAL e a intervenção das Câmaras não foi assente em compromissos efetivos por parte das Câmaras, sendo que, passados mais de três anos, a comparticipação destas não foi ainda paga aos GAL que se encontram na situação de financiar os 30% que seriam de obrigação das Câmaras Municipais. Por esta razão, a componente animação não foi ainda ativada. O projeto READY possibilitou orientar pequenas verbas para investimentos que vão de encontro à estratégia e com resultados muito positivos da economia local: é o caso do turismo de natureza, que chamou turistas e provocou um aumento do alojamento local e de pequenos negócios, com um aumento significativo das chegadas de turistas ao Baixo Guadiana.

SIZE e +COESO Emprego – Estes dois sistemas criaram muitas expectativas no território e em muitos dos casos foram defraudadas, por falta de cabimentação orçamental. Há muitos **investimentos** a fazer, à espera de avisos. Não conseguimos dar resposta ao território. Ficamos mal vistos com as pessoas, por falta de capacidade de informar as pessoas. O processo de análise foi moroso e muitas vezes duplicado pelas AG dos PO regionais, as quais fizeram uma análise paralela. Em muitos casos, a visão dos GAL colide com a das AG, manifestando alguma falta de articulação. No caso do Algarve, a situação não foi tão problemática, tendo havido um espírito e um esforço de colaboração entre entidades.

As divisões administrativas regionais não refletem a realidade cultural, económica e social dos territórios. No Baixo Guadiana, como noutros, a definição de uma estratégia local foi realizada para um território que inclui Algarve e Alentejo. O trabalho com as administrações públicas das duas regiões foi muito interessante, pela sua diversidade, mas revela quanto poderemos melhorar na eficácia dos procedimentos.

Cooperação DLBC rural:

- A cooperação está muito atrasada e ainda não há nenhum projeto aprovado.
- Houve um estreitamento das relações entre as ADL's Alentejo e Algarve, tendo sido identificada a necessidade de constituição de uma ITI cujo tema forte será a água, estando a mesma já prevista nas estratégias regionais do Algarve e Alentejo.
- Não houve possibilidade de elaborar projetos com Espanha, porque os tempos e prazos de aprovação são muito desfasados.

Avaliação intercalar 2018

- Timing péssimo – o nível de avaliabilidade foi baixo, porque poucos projetos concluídos. Foi pedido relatório execução anual no mesmo período, o que impossibilitou a realização dos 2 documentos, com qualidade. Pressão.
- Questões de avaliação sem sentido
- A estrutura obrigatória de avaliação é uma cópia dos relatórios de execução, sem medir resultados.
- Processo desmantelado, desvalorizado
- Demasiado descritivos – a estrutura solicitada era que fosse descritivo.
- Não foi solicitada avaliação da animação
- Sistema de monitorização não espelhava os resultados

- As intervenções não foram desenhadas tendo em conta as estratégias, pelo que os resultados são baixos
- Nas avaliações das ADL's, nas estratégias, os resultados esperados não eram previstos.
- As avaliações que as ADL's fizeram não apresentam as suas preocupações.
- Apesar destes problemas, os resultados da avaliação intercalar tiveram efeitos nas decisões.
- As ADL's utilizaram somente os indicadores mínimos, sem terem inserido indicadores específicos.
- Por vezes a monitorização tem registo de outputs (nº atendimentos, nº telefonemas) mas sem indicadores de resultados.

DLBC costeiro:

- Atraso na execução.
- Necessidade de maior participação dos parceiros -> obrigação de todos.
- Muitas tarefas burocráticas -> muito concentrado sobre tarefas informáticas. Poderia haver maior agilidade de processos (comunicação, atividades)
- Parceria muito grande e muito diversificada
- No último quadro, teve maior autonomia gestão e poder de decisão, fundamental.
- As pessoas conhecem o GAL, proximidade, à vontade, comunicação mais fácil. Ligação construída a nível local. Não comparável com contactos a nível regional.

DLBC urbano:

- Tiveram só 2 avisos e com pouco tempo abertos para os beneficiários.
- Necessária maior animação local.



3.3. Análise das avaliações da implementação dos fundos

Das diversas intervenções com incidência no Baixo Guadiana, fez-se uma seleção das que tiveram maior impacto e que por essa razão seria pertinente mencionar, realçando as conclusões e as recomendações que mais poderiam contribuir para o desenvolvimento desta sub-região.

Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial, novembro de 2019:

Conclusões	Recomendações
C08: limitada apropriação da Abordagem Territorial pelos promotores das políticas sectoriais e não salvaguardada da articulação entre as políticas setoriais territorializadas e as EIDT/PDCT;	Criar condições para que as entidades mais próximas dos beneficiários e mais vocacionadas para a construção e liderança de iniciativas territoriais disponham de competências e recursos para alavancar o surgimento de iniciativas robustas de valorização de ativos territoriais e para o estabelecimento de intervenções integradas.
C09: reduzida articulação entre as medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade e os demais instrumentos de base territorial que atuam nestes territórios.	- Confinar utilização das medidas de diferenciação positiva à facilitação/atração de investimento privado, prevendo que a diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade seja alcançada através dos instrumentos integrados de base territorial, garantindo a coerência desses investimentos com as estratégias e planos territoriais.
C14: uniformização regional na afetação das Prioridades de Investimento por NUTS III.	-Excluir do mapa dos territórios beneficiárias das medidas de diferenciação positiva para os territórios de baixa densidade as freguesias reconhecidas pelo INE como “áreas predominantemente urbanas”,
C16: uma densificação instrumental e o robustecimento de domínios que integram esses instrumentos, o que conduz a situações de potencial sobreposição estratégica, redundância operacional de metas e eventual canibalização de grupos-alvo;	Reduzir o número de instrumentos, especialmente de desenvolvimento local de base comunitária, com eventual alargamento dos territórios de incidência; É vital encontrar um racional de atuação que articule os DLBC Urbanos e os CLDS, para mais no atual quadro descentralização. Da mesma forma, existem margens para otimizar a implementação dos Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE) a partir de abordagens territoriais, nomeadamente dos DLBC e dos PDCT.
C20: heterogeneidade de desempenhos das CIM/AM em termos de liderança de instrumentos.	R.12 Adotar mecanismos de acompanhamento de governação colaborativo e de coresponsabilização, acabando com os atuais mecanismos de acompanhamento, baseados no controlo (avaliação/seleção), no âmbito do processo de construção das estratégias de desenvolvimento territorial e na definição e implementação dos instrumentos políticas integradas de base territorial.

Avaliação da implementação das estratégias nacional e regionais de investigação para uma especialização inteligente (RIS3): rede, realizações e resultados esperados, 22 de novembro de 2019

Dada a grande necessidade de incorporação da inovação no desenvolvimento local em territórios de baixa densidade, em particular do Baixo Guadiana, dadas as suas características peculiares de desertificação física e humana, este programa tem uma grande relevância. Tendo tido pouco impacto local, salientamos um dos aspetos considerados na avaliação, nomeadamente:

- “Promoção dos projetos como estratégias de valorização de ativos específicos dos territórios de baixa densidade com mais intensa incorporação de conhecimento, priorizando a valorização dos recursos naturais endógenos.
- Em contextos de mais baixa densidade de atividade empresarial inovadora em geral e de estrangulamentos de especialização produtiva e, por arrastamento, de inovação empresarial, o esforço público que é exigido em matéria de esforço tecnológico e de dinamização de práticas colaborativas é significativo.
- a alocação das TO mais identificadas com o desenvolvimento local pelos diferentes PO parece desajustada do modo como a baixa densidade é integrada pelas EREI. Parece haver, assim, oportunidade para um tratamento mais coerente desta questão na programação. A superação dos problemas de implementação suscitados pela implementação do SI2E e um tratamento mais explícito nas EREI do continente das oportunidades suscitadas para os territórios de baixa densidade são opções possíveis para esse tratamento mais coerente.
- Na mesma senda de exploração dos resultados da análise por domínios prioritários, recomenda-se que a indicação do turismo e da sua relação com o património simbólico e cultural das regiões como domínio prioritário de ENEI e EREI seja objeto de uma mais fina declinação dos processos de variedade relacionada e de desenvolvimento de domínios tecnológicos que se pretende implementar com as EREI.”

Pacto Desenvolvimento Local 2030, Federação Minha Terra

“A experiência dos últimos vinte e oito anos de implementação da abordagem LEADER demonstrou que os GAL têm know-how e capacidades para atuarem autonomamente implementando soluções que dão resposta aos desafios dos respetivos territórios e comunidades. Foi possível apoiar muitos pequenos projetos, fortalecer as dinâmicas locais e promover a competitividade dos territórios, em setores tão diversos como o turismo, a valorização de produtos locais, a promoção do ambiente, a criação e desenvolvimento de pequenas empresas, os serviços de proximidade, a atração de novos visitantes para os territórios, a promoção de tradições e do património e a dinamização das economias locais”.

3.4. Governança - complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos

As questões da governança são, porventura, as que mais peso têm no sucesso da implementação de políticas e programas que, podendo em teoria ser excepcionais, com uma governança pouco atenta, poderão ser um fracasso. Neste capítulo, analisamos em particular a articulação entre atores, nomeadamente entre as Autoridades de Gestão (AG) e as ADL's, e entre os GAL dos diversos tipos, e suas implicações no Baixo Guadiana, por um lado, e por outro, as conclusões das diversas análises tidas durante reuniões da parceria, sobre a implementação do sistema de plurifundos.

Governança interna: Há dificuldade em reunir os elementos da parceria local, por descrédito e cansaço das ADL e das abordagens participativas e bottom-up, feitas sem recursos e sem fazerem parte estruturante da estratégia e da sua implementação. Não faz sentido programar com base na nostalgia do Leader I e II.

Articulação entre AG e ADL'S:

- As ADL's desconhecem o trabalho e os procedimentos das AG e vice-versa.
- Alguns técnicos das CCDR's não conhecem aprofundadamente a abordagem Leader nem do papel das ADL's.

Articulação GAL urbano, costeiro, rural

- Proliferação de estratégias rurais, urbanas, costeiras
- A excessiva autarcia leva-nos a pensar cada um na sua zona de conforto, ver a árvore e não na floresta. Há pouca visão de contributo para uma estratégia comum regional.
- A articulação foi exclusivamente informal, estabeleceram-se fronteiras claras para os beneficiários, em termos de elegibilidade.
- Dimensão territorial falhou
- Não harmonização entre medidas que se sobrepunham.

Plurifundos

- DLBC não tem regulamentação articulada, com 2 tutelas.
- Desarticulação entre as diversas AG, provocou ineficácia na aplicação dos fundos.
- Competição entre medidas de dois fundos: o PADRE e o DLBC abriram a medida de "mercados locais", com taxas de cofinanciamento diferentes (mais atrativo o PADRE).
- Foi um período experimental relativamente ao plurifundos – mas não existiu uma articulação inicial com as ADL para a definição do seu papel.
- As linhas de financiamento restringiram o âmbito das estratégias.
- As estratégias participadas, amplas, realizadas pelas ADL tiveram de ser alteradas em função das linhas de financiamento.
- Não funcionou a forma como a abordagem Leader foi realizada. As diretrizes vieram de cima – os resultados depois não são bons.
- Exercício inglório de elaboração das estratégias, e depois utilizar indicadores de nível nacional.
- Alterações às portarias – algumas 9 vezes – dificultam a compreensão das medidas e das intervenções.
- Falta de coesão nas parcerias locais, transparece a quebra de confiança.
- As ADL's receberam pouca informação e tardia sobre os avisos.

4. Metodologia e tipologia de atividades

Este relatório sintetiza as conclusões de uma série de atividades iniciais do Projeto “Articular para Intervir III”, que se podem enquadrar em 3 tipologias:

- reuniões da parceria
- atividades organizadas pela ATBG
- participação em atividades organizadas pelos outros parceiros.

Relativamente às atividades realizadas pela ATBG, as suas conclusões foram integradas nos diversos conteúdos do relatório. Estas foram:

4.1. Estudo de benchmarking de melhores práticas - A1.1.5

A atividade 1.1.5. realizou-se a 19 de junho de 2020, online. Contou com 3 convidados, do DLBC urbano e costeiro do Sotavento, e 12 participantes da parceria.

4.2. Oficina temática local - A1.4.2

A atividade 1.4.2. realizou-se a 17 de setembro de 2019, em Alcoutim. Contou com um convidado, da CCDR Algarve, Dr. António Ramos, e 10 participantes da parceria.

4.3. Auscultação aos beneficiários (Inquérito por questionário) - A1.4.5

A atividade 1.4.5 realizou-se conjuntamente com os restantes parceiros e dirigiu-se aos beneficiários de cofinanciamentos comunitários.

4.4. Outros: Questionários e Entrevistas a stakeholders ou “Focus Group”

A 12 de outubro de 2020, a ATBG enviou a toda a sua parceria local – 64 entidades – um questionário com 9 questões, das quais 5 correspondiam à opinião sobre a estratégia elaborada de forma participada em 2015 para o Baixo Guadiana – relativamente a 5 aspetos: oportunidades, ameaças, pontos fortes, pontos fracos e objetivos. As restantes 4 questões incidiam sobre a estratégia 2030 para o Algarve, aprovada em setembro 2020, nomeadamente em 4 setores: turismo, agroalimentar, alterações climáticas e emprego. Após diversas solicitações, obtiveram-se 17 respostas, de que consta uma análise em anexo 2.

5. Estratégia Algarve 2030 e a sub-região

5.1. A visão dos stakeholders sobre a estratégia, para a sub-região

Da estratégia regional, foram questionados os parceiros sobre 3 grandes setores: o turismo, o agroalimentar e as alterações climáticas, por serem considerados da maior relevância para o Baixo Guadiana. No momento em que se realizou o questionário, a versão final da estratégia Regional ainda não tinha sido publicada, pelo que as propostas apresentadas, partem da versão provisória.

Dos **“Dez desafios e oportunidades para o Turismo no Algarve”**, os **desafios para o turismo no Baixo Guadiana**, medianamente mais importantes para a parceria são:

1. Promover a qualidade de vida dos residentes.
2. Reduzir a sazonalidade.
3. Competir com base na diferenciação.

No setor agroalimentar, uma das 13 prioridades foi consensual: a eficiência hídrica. Assim, as **prioridades no agroalimentar no Baixo Guadiana**, consideradas são:

1. Otimização das infraestruturas de armazenamento de **água**, aposta clara na eficiência hídrica e no aproveitamento de origens alternativas de água;
2. Desenvolvimento de modelos de gestão agrícola adaptados e adequados aos sistemas tradicionais presentes na região com recurso a práticas e tecnologias que promovam a produtividades e, ao mesmo tempo, garantam a conservação dos solos, a biodiversidade e a sustentabilidade hídrica;
3. Aposta no desenvolvimento de culturas regionais (seleção e desenvolvimento de variedades de fruteiras regionais, castas) mais adaptadas às condições edafoclimáticas;
4. Desenvolvimento e divulgação de técnicas de rega eficiente.

Do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), as linhas de ação que considera prioritárias para o Baixo Guadiana são:

1. Implementação de boas práticas de gestão de **água** na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez
2. Prevenção de **incêndios** rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais
3. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do **solo**
4. Aumento da **resiliência** dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas.

De salientar que a água é um vetor de importância transversal para a estratégia regional, e incide muito particularmente no Baixo Guadiana. Transparece claramente na estratégia regional do Algarve o interesse em elaborar uma ITI com o tema da água, com intervenção numa zona que inclui Algarve e Alentejo, sendo que a estratégia regional do Alentejo também contempla esta oportunidade.

6. Estratégia sub-regional 2030

6.1. Revisitação da estratégia sub-regional – prioridades 2030

A partir de um questionário realizado à parceria, cujas conclusões se encontram em anexo, conclui-se que:

Oportunidades para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030:

1. Crescente procura dos recursos locais de qualidade (produtos, gastronomia, património)
2. Património natural gerador de usufruto sustentável
3. Incentivos agrícolas e às políticas de desenvolvimento local rural
4. Aumento dos visitantes ao território
5. Crescente procura de turismo específico (cinegético, natureza, de saúde).
6. Novos nichos de mercado relacionados com a produção agrícola (biológica, etc.)

Ameaças mais relevantes para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030:

1. Aumento do processo de desertificação e do risco de incêndio
2. Dificuldade em atrair e fixar população devido à insuficiente rede de infraestruturas de apoio social e empresarial
3. Políticas públicas e investimentos direcionados para áreas urbanas,
4. Redução dos sistemas de Cuidados de saúde/Formação/Educacionais/Apoio à criação e fixação de empresas.
5. Destruição dos habitats naturais, no caso específico da apicultura com o incentivo dos poderes públicos e consequente desaparecimento da pastagem apícola.
6. Legislação restritiva para as pequenas indústrias agroalimentares

Pontos fortes para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030:

1. Recursos endógenos de competitividade e inovação em produtos (agroalimentares), infraestruturas (10 barragens de regadio), saberes tradicionais, património cultural, desporto, lazer e turismo
2. Valor estruturante do rio Guadiana e das 3 áreas protegidas
3. Assistência domiciliária a idosos renovada, estruturada e eficaz.
4. Predisposição das entidades para parcerias
5. Conetividades: serra/litoral, Baixo Alentejo/Algarve, Portugal / Espanha
6. Boas práticas empresariais (sal, TER, mel, pão, PAM) para benchmarking de proximidade
7. Condições favoráveis à produção de energias renováveis
8. Maior empenho na identidade do território

Pontos fracos para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030:

1. Índices de envelhecimento, despovoamento e qualificações
2. Incipiente empreendedorismo e gestão de recursos
3. Redução dos serviços sociais nas zonas de interior
4. Modelo de governação regional desadequado
5. Rede de agentes locais com fraca dinâmica
6. Dependências na transformação e comercialização

Assim, os **objetivos prioritários** para a Estratégia Baixo Guadiana 2030, são:

1. Coesão territorial - Garantir um território mais coeso, mais capacitado e mais inclusivo.

2. Empregabilidade Sustentável - Fomentar o espírito de cooperação competitiva nos agentes do território e o espírito de empreendedorismo.
3. Reforço da Estrutura Económica Local
4. Facilitar a incorporação da inovação na valorização dos seus recursos distintivos.

6.2. Modelos de governança territorial – desafios e complementaridades entre estratégias, dinâmicas e fundos

Conclusões das diversas reuniões e momentos de capacitação, tidos na fase 1 de Avaliação do Projeto “Articular para Intervir”.

A **teoria da subsidiariedade³ europeia**, pilar da construção da União Europeia, consiste numa hierarquia de poder bottom-up: a estratégia nacional deve ser resultante das estratégias regionais e estas das estratégias locais. Assim, propõe-se “**a delegação, pelo Estado Membro, dos processos de decisão, relativamente à execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), às comunidades locais, através dos GAL**, de forma a dar resposta às suas reais necessidades e acrescentando valor ao processo”⁴.

São necessárias **soluções de continuidade aprofundadas**. A continuidade dos instrumentos é necessária, para melhorar o impacto e a solidez: exemplos de programas que ficaram na história, como ILE’s. O **período de transição** é uma incógnita real. As estruturas das ADL’s devem ter apoio institucional, sentir-se seguras no trabalho que fazem, pela sua utilidade. Devem ter melhores condições para implementar a sua estratégia. O quadro está definido a nível europeu, mas cada Estado Membro estabelece regras específicas, que ainda não estão definidas. Nesta fase, deveria haver mais diálogo na elaboração das novas políticas de modo a melhorar a sua potencial eficácia. Necessária uma mudança de paradigma na definição de políticas públicas.

Propõe-se ainda “que o **reconhecimento dos GAL se efetue num curto intervalo de tempo, sem sobreposição territorial e se consubstancie num único contrato** de delegação de competências com a Administração, que inclua a dotação para a operacionalização da EDL, bem como para atividades de funcionamento, animação e cooperação, evitando a atomização de contratos financeiros interligados”³.

Princípios da abordagem LEADER

- Os GAL devem ser vistos como plataforma de consensualização de atores locais. Deve reforçar-se a intervenção das ADL. A governança prende-se com a manutenção do papel dos atores. Animação das ADL a assumir.

Papel da animação no desenvolvimento local

- A dimensão animação deve ser redefinida, recuperada, com modelos de gestão partilhados, eventualmente com novos atores. Deve responder à dificuldade de participação dos stakeholders, como facilitar a participação. Como manter o envolvimento, de que forma pode ser eficaz e eficiente.

³ “**Subsidiariedade** é um princípio de organização social que sustenta que questões sociais ou políticas de uma sociedade devem ser resolvidas no plano local mais imediato que seja capaz de resolvê-las (...). O princípio da subsidiariedade é também um dos princípios gerais utilizados na estrutura governamental da União Europeia”. In Wikipedia

⁴ Pacto DL 2030, Federação Minha Terra

- A possibilidade de reduzir a esfera de atuação das ADL's à animação, implica a total perda de capacidade de implementação de estratégias locais: os processos de criação de rede, de sinergias entre atores, de otimização de recursos, atualmente realizados ao nível local pelas ADL's, perdem-se, dando lugar à especulação dos consultores, com investimentos avultados mas sem impacto no desenvolvimento local. Por outro lado, as ADL's constituem uma opção de acompanhamento e gestão com muito maior proximidade e por isso com menos custos.
- Reduzir burocracia não é retirar competências, mas melhorar a eficácia da burocracia. Simplificar procedimentos para reduzir a duração entre submissão e pagamentos.
- Animação e gestão DLBC – Perspetivas para o próximo quadro. Lógica nova: GAL devem fazer tudo, incluindo apoiar as candidaturas. Analisar e resolver a questão do conflito de interesses, de forma a que os GAL façam a análise de candidaturas.

Aspetos a considerar para a definição e implementação das estratégias locais:

- Linhas de financiamento devem ser ajustáveis às estratégias. Por exemplo ter medidas gerais e uma específica para o território.
- Os atores locais devem definir prioridades e metodologias de aplicação.
- Mapeamentos revisitados numa lógica de provisão de serviços de interesse público de forma tradicional ou inovadora.
- Resolver problemas concretos das pessoas. Aumentar o grau de confiança, a comunicação.
- Introduzir a análise de risco e verbas para a sua aplicação.
- Tem de haver espaço para que a inovação e criatividade possam ser incorporadas de forma a valorizar as potencialidades específicas e/ou reduzir as ameaças.
- Necessária capacitação institucional, para saber fazer melhor.
- “A definição de apenas requisitos mínimos para o conteúdo das estratégias territoriais de forma a permitir considerar as necessidades e as potencialidades locais, as características socioculturais relevantes, criando respostas para as mudanças estruturais, para reforçar as capacidades das comunidades e incentivar a inovação”⁵.

Necessário incorporar a monitorização contínua nos processos de implementação, deve produzir inputs para o planeamento. Deve permitir reformular e alterar estratégias. As políticas devem ser flexíveis de forma a permitir que se altere em função da monitorização. A avaliação deve ter efeitos no desenho das novas políticas. Uma estrutura de avaliação e monitorização mais forte. A avaliação final não vai alimentar a nova programação, poderá só alimentar a avaliação intercalar do próximo período. Uma avaliação neste momento seria importante.

Indicadores:

- Inputs, outputs com indicadores de realização, podem ser úteis, mas necessários indicadores de resultado, que revelem a eficiência e eficácia.
- Não só a execução financeira.
- Devem refletir a dinâmica dos projetos.
- O mínimo denominador comum reflete pouco a mudança que o projeto criou.
- Dificuldade de recolha informação dos indicadores aos beneficiários deve ser analisada.
- A manutenção de postos de trabalho é tão importante como a criação de novos postos de trabalho.

PADRE: Necessário definir práticas de efetivo compromisso financeiro das Câmaras Municipais, eventualmente com apoio das CIM.

⁵ Pacto DL 2030, Federação Minha Terra

Propõe-se “que o instrumento **DLBC continue a incluir cooperação interterritorial e transnacional** entre territórios com problemáticas semelhantes e/ou potencial de complementaridade, de forma a construir soluções partilhadas, maximizar recursos e criar a necessária massa crítica, assegurando a participação e o envolvimento dos diferentes atores locais (autarquias locais, das comunidades intermunicipais, das empresas e da sociedade civil)”⁶. **Cooperação com Andaluzia**, em particular em zonas com mais território “condicionado” (zonas protegidas): apoiar estratégias de como a população pode utilizar e valorizar o território.

DLBC costeiro:

- Ver alguns novos procedimentos, criados com o covid, a manter.
- A nível regional e nacional maior articulação – AMAL poderá ter uma função de articulação.
- Estratégia para o território de toda a parceria -> necessário maior feedback da parceria.
- Vontade de melhorar a aprovação de candidaturas.

DLBC urbano:

- Maior celeridade na abertura avisos
- Maior capacitação dos técnicos que fazem animação territorial
- Necessária maior animação

Articulação entre ADL'S e Autoridades de Gestão:

- Melhoria da comunicação entre as várias estruturas e necessária capacitação.
- Deve haver sensibilização dos técnicos das autoridades de gestão. Um entendimento comum.
- Articular as estratégias locais com as nacionais e regionais.
- Como passar de uma situação de diálogo que depende das pessoas, que estabelecem relações de confiança, para uma base institucional que não dependa das pessoas. Passar do nível de cooperação pessoal para a cooperação institucional. Criação de ferramentas que estabeleçam o diálogo, para a melhoria da eficiência e eficácia.
- Deve ser promovida a transferência de boas práticas do nível local ao nível regional, nacional ou europeu.

Articulação entre GAL urbano, costeiro, rural

- As estratégias devem ser mais articuladas e complementares ao nível local, ao serviço das comunidades.
- Balcão único e não “supermercado”: o que funciona em cada território, em função de um diagnóstico e de uma estratégia.

Plurifundos:

- A articulação entre fundos deve ser colaborativa e de diálogo.
- Resultados podem ser maiores se houver sinergias entre projetos e iniciativas.
- Deve ser feito um lobbying grande a nível europeu com as dificuldades da abordagem Leader na implementação multi-fundos.

As medidas não devem ser rígidas, de nível nacional ou regional, mas mais flexibilidade de medidas, leque de medidas em que cada território escolhe as que se aplicam ao seu território. As ADL's poderiam definir poucas intervenções, mais dirigidas e com maior eficácia, evitando uma pulverização da intervenção.

Concentração do processo de gestão numa única entidade gestora de todos os fundos.

⁶ Pacto DL 2030, Federação Minha Terra

7. Conclusão

O Projeto “Articular para Intervir III” permitiu a capacitação dos atores locais e a sua articulação em rede, de forma a melhorar a sua eficiência no futuro próximo.

Esta 1ª fase de avaliação das estratégias sub-regionais foi um percurso difícil, por dificuldade em priorizar a reflexão conjunta, a que não estamos habituados, em detrimento das inúmeras tarefas que nos preenchem o dia-a-dia. Esta dificuldade foi ainda mais premente pelo contexto covid, que afastou as pessoas e as desafiou para trabalhar com ferramentas novas, originando um cansaço e desmotivação, que reduziu os efeitos que esta fase poderia ter tido.

Em particular, este exercício permitiu levantar problemas e apontar soluções de melhor governança para os múltiplos processos de desenvolvimento local, e em particular para o papel das ADL’s nesse processo.

“A experiência dos últimos vinte e oito anos de implementação da abordagem LEADER demonstrou que os GAL têm know-how e capacidades para atuarem autonomamente implementando soluções que dão resposta aos desafios dos respetivos territórios e comunidades. Foi possível apoiar muitos pequenos projetos, fortalecer as dinâmicas locais e promover a competitividade dos territórios, em setores tão diversos como o turismo, a valorização de produtos locais, a promoção do ambiente, a criação e desenvolvimento de pequenas empresas, os serviços de proximidade, a atração de novos visitantes para os territórios, a promoção de tradições e do património e a dinamização das economias locais”⁷.

Estamos certos de que as próximas fases do projeto “Articular para Intervir III” consolidarão e darão maior substância às propostas de solução apontadas, proporcionando um melhor desempenho das ADL’s e consequentemente, um melhor Algarve.

⁷ Pacto DL 2030, Federação Minha Terra

8. Anexos:

Anexo 1. Apresentação da ADL (missão e objetivos)

A Associação Terras do Baixo Guadiana foi criada em 18/10/2001 e “tem como objetivo a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Baixo Guadiana.

A Associação desenvolverá as atividades que os órgãos entendam como necessárias, convenientes e mais adequadas à prossecução do seu objetivo.

Sem prejuízo do exercício de outras atividades próprias da realização dos seus fins, poderá a Associação:

- a) Realizar candidaturas a programas, projetos, ações ou medidas nacionais ou comunitárias;
- b) Promover a gestão das iniciativas referidas na alínea anterior.
- c) Promover a imagem da Região do Baixo Guadiana, nomeadamente na sua vertente turística.

Na Realização dos seus fins, a associação promoverá, ainda, o ideal de integração europeia, sensibilizando a opinião pública para os objetivos prosseguidos pelas instituições europeias, através de ações e programas que considere adequados ao efeito.”⁸

“Os associados fundadores da Associação são a ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a ALCANCE – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio e a ADPM – Associação para o Estudo e Defesa do património Natural e Cultural do Concelho de Mértola”⁹.

⁸ Artº 3 ponto 1 dos Estatutos.

⁹ Artº 7º ponto 1 dos Estatutos.

Anexo 2. Análise da auscultação aos cidadãos – A1.4.5.

Atividade 1.4.5 Auscultação dos cidadãos

ANÁLISE ESPECÍFICA DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS POR PROMOTORES DE PROJETOS PARA O SOTAVENTO

Das 210 respostas, 18 são especificamente para os concelhos da zona de intervenção da ATBG. Destas, 8 candidataram-se a algum tipo de apoio ao investimento antes de 2014, tendo apresentado 50 candidaturas no período de 2014-2020, das quais 13 estão concluídas, 3 foram desistências e 34 estão em implementação.

Apesar de só 3 terem candidaturas ao DLBC rural, 10 conhecem o trabalho desenvolvido pela ATBG. Em termos do modo como tiveram conhecimento dos avisos, denota-se a importância das sessões de divulgação, a par da publicação nos sites, revistas e jornais.

Informação direta da equipa da entidade gestora do financiamento (por telefone, contacto direto, email)	3
Iniciativa própria	9
Acesso a divulgação: site oficial, revistas, jornais	7
Participação em sessão de divulgação	7

Das 18 respostas, 12 afirmam ter utilizado apoio externo para a elaboração da sua candidatura ao investimento, e a maioria de um consultor:

Consultor/a	10
Contabilista	3
Apoio técnico (Associações de desenvolvimento local ou Autoridades de Gestão)	3

Para melhorar o acesso aos apoios ao investimento, os inquiridos referem:

- Desburocratizar os Processos
- Mais técnicos a prestar apoio
- Novos projetos formativos para empregados e desempregados.
- Dividir o investimento por concelho.
- Esclarecimento dos públicos alvo.
- Criação de núcleo de esclarecimentos pré-candidaturas.
- Mais esclarecimentos na fase inicial e não quando já estão a decorrer.
- Ações de esclarecimento e informação dos apoios a decorrer.
- Comunicar pontos de situação (Ex: recebida, validada, em análise, em decisão, etc.).
- Reporte dos pontos de situação / tramites do estado das candidaturas em prazos curtos "15 em 15 dias, p.ex).

Prioridades para o Algarve, para a próxima década:

Transversais:

- Novos projetos formativos para empregados e desempregados.
- Apostar na formação e assim ter mão de obra qualificada para a região, gerando mais qualidade em todas as áreas.
- Coordenação e posicionamento regional.
- Aumento da qualidade do serviço e do atendimento.

- Apoio a empregabilidade (medidas que promovam a empregabilidade e a criação do próprio negócios/negócios inovadores que permitam valorizar os recursos endógenos da região.
- Apoio à economia local, manutenção de postos de trabalho.
- Investir no digital.

Social

- Apoio à empregabilidade e apoio social.
- Apoio social à população vulnerável (desempregados, idosos, famílias carenciadas...) .
- Melhoria de Serviços Estratégicos Estruturais (Saúde, Emprego, Respostas Sociais Adaptadas e Transportes).
- Investir na Saúde mental.

Turismo

- Criação de postos de Trabalho, reconquistar o turismo, requalificar e desenvolver os espaços junto ao mar de forma a promover a atividade física e de lazer.
- Apoio a projetos de modernização e ampliação e criação de infraestruturas de apoio a atividade turística, nomeadamente nas ligadas ao meio náutico, modernização e ampliação de infraestruturas náuticas, portos de recreio, marinas etc, marítimo turísticas
- Promoção do turismo.
- Novos produtos relacionados ao Turismo.
- Investir em medidas de "Sustentabilidade" para o destino.

Outras áreas:

- Criação de uma economia não sustentada apenas na Hotelaria e Turismo.
- Mobilidade e diversificação económica.
- Ajudar os empresários para que possam continuar a proporcionar os postos de trabalho.
- Tecnologia, Comércio Local e SmartCities
- Indústria transformadora; agricultura; comércio; pesca.
- Digitalização dos negócios, privacidade, cibersegurança, eventos tecnológicos.

EM CONCLUSÃO, DA AUSCULTAÇÃO TRANSPARECEM ALGUMAS IDEIAS CHAVE:

A melhoria do acesso aos financiamentos passa por uma maior proximidade com os promotores, quer na fase de preparação da candidatura – através de ações de esclarecimento, informação regular – quer durante a sua implementação, com contacto regular da situação do projeto. Propõem mais técnicos para estas funções, e melhor qualificados.

Das prioridades para o Algarve, é valorizada a formação, a criação e manutenção de postos de trabalho, o digital e a diversificação da atividade económica.

Anexo 3. Análise questionários de revisitação da estratégia

Estratégia 2030 para o Baixo Guadiana

A Associação Terras do Baixo Guadiana está a elaborar uma Estratégia para os próximos 10 anos. Essa elaboração implica conhecer as opiniões dos atores locais. Numa primeira fase, foi pedido à parceira que preenchesse um questionário, de que resulta a presente análise.

Nesta 2ª fase, pedimos à parceria que se pronuncie, inserindo aspetos que não tenham sido levantados no questionário realizado. Pedimos-lhe, assim, que, até ao dia x, nos envie propostas de: oportunidades, ameaças, pontos fortes, pontos fracos, ou objetivos, que considere estejam a faltar na proposta agora apresentada. Muito obrigado.

Análise do questionário:

A. Revisitação da Estratégia para o Baixo Guadiana definida em 2015

Em 2015, A ATBG auscultou os atores locais, tendo-se concluído por um elenco de oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos, base da estratégia realizada até hoje.

Atualmente, qual a relevância das Oportunidades elencadas para o Baixo Guadiana?

síntese das respostas - oportunidades	extremamente relevante	muito relevante	pouco relevante	nada relevante
Património natural gerador de usufruto sustentável	11	5	1	0
Crescente procura dos recursos locais de qualidade (produtos, gastronomia, património)	6	11	0	0
Incentivos agrícolas e às políticas de desenvolvimento local rural	7	9	1	0
Novos nichos de mercado relacionados com a produção agrícola (biológica, etc.)	2	11	4	0
Aumento dos visitantes ao território	7	9	1	0

Outros: Turismo específico tal como: turismo cinegético, turismo natureza, turismo de saúde.

Os nºs da tabela indicam o nº de respostas – num total de 17 – em cada uma das colunas. Assim, o Património natural foi escolhido por 11 parceiros como extremamente relevante. Somente os “Novos nichos de mercado” foram considerados pouco relevantes, por 4 parceiros. De resto, todas as outras oportunidades se mantêm, no Baixo Guadiana, como relevantes, de 2015 para 2020.

Pode-se concluir que as **oportunidades** mais relevantes para 2030 são:

1. Crescente procura dos recursos locais de qualidade (produtos, gastronomia, património)
2. Património natural gerador de usufruto sustentável
3. Incentivos agrícolas e às políticas de desenvolvimento local rural
4. Aumento dos visitantes ao território
5. Crescente procura de turismo específico (cinegético, natureza, de saúde).
6. Novos nichos de mercado relacionados com a produção agrícola (biológica, etc.)

Atualmente, qual a relevância das Ameaças externas elencadas para o Baixo Guadiana?

síntese das respostas - Ameaças externas	extremamente relevante	muito relevante	pouco relevante	nada relevante
Aumento do processo de desertificação e do risco de incêndio	12	5	0	0
Predominância de um modelo de bem-estar associado à urbanidade e que desvaloriza o espaço rural	4	4	7	2
Dificuldade em atrair e fixar população devido à insuficiente rede de infraestruturas de apoio social e empresarial	9	6	0	1
Legislação restritiva para as pequenas indústrias agroalimentares	5	8	2	0

Outros: Políticas públicas e investimentos direcionados para áreas urbanas, Cuidados de saúde/Formação/Educacionais/Apoio à criação e fixação de empresas. Destruição dos habitats naturais, no caso específico da apicultura com o incentivo dos poderes públicos e consequente desaparecimento da pastagem apícola.

Das ameaças externas, a 2ª (desvalorização do espaço rural) não foi considerada pela parceria como uma ameaça externa de extrema relevância. Por outro lado, diversos parceiros apontaram novas ameaças, não elencadas na estratégia 2020, elaborada em 2015.

Assim, pode-se concluir que as **ameaças** mais relevantes para a estratégia 2030 são:

1. Aumento do processo de desertificação e do risco de incêndio
2. Dificuldade em atrair e fixar população devido à insuficiente rede de infraestruturas de apoio social e empresarial
3. Políticas públicas e investimentos direcionados para áreas urbanas,

4. Redução dos sistemas de Cuidados de saúde/Formação/Educacionais/Apoio à criação e fixação de empresas.
5. Destruição dos habitats naturais, no caso específico da apicultura com o incentivo dos poderes públicos e consequente desaparecimento da pastagem apícola.
6. Legislação restritiva para as pequenas indústrias agroalimentares

Atualmente, qual a relevância dos Pontos Fortes elencados para o Baixo Guadiana?

síntese das respostas - Pontos fortes	extremamente relevante	muito relevante	pouco relevante	nada relevante
Valor estruturante do rio Guadiana e das 3 áreas protegidas	8	8	1	0
Predisposição das entidades para parcerias	5	10	2	0
Rede associativa qualificada de proximidade dinamiza e forma o capital social	4	8	5	0
Conetividades: serra/litoral, Baixo Alentejo/Algarve, Portugal / Espanha	5	10	2	0
Recursos endógenos de competitividade e inovação em produtos (agroalimentares), infraestruturas (10 barragens de regadio), saberes tradicionais, património cultural, desporto, lazer e turismo	6	11	0	0
Boas práticas empresariais (sal, TER, mel, pão, PAM) para benchmarking de proximidade	6	7	2	0
Condições favoráveis à produção de energias renováveis	3	11	3	0
Maior empenho na identidade do território	6	8	3	0
Aumento da procura turística não acompanhada por um aumento estruturado da oferta.	5	9	3	0
Assistência domiciliária a idosos renovada, estruturada e eficaz.	5	11	1	0

Os pontos fortes continuam a ser extremamente ou muito relevantes, para a maioria dos parceiros, com exceção da “rede associativa qualificada de proximidade”. Por ordem de prioridade, o ponto forte considerado mais relevante foi: “recursos endógenos de competitividade e inovação”. De salientar que nenhum dos pontos fortes elencados foi considerado maioritariamente “extremamente relevante”.

Assim, os **Pontos fortes** para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030 são:

1. Recursos endógenos de competitividade e inovação em produtos (agroalimentares), infraestruturas (10 barragens de regadio), saberes tradicionais, património cultural, desporto, lazer e turismo
2. Valor estruturante do rio Guadiana e das 3 áreas protegidas
3. Assistência domiciliária a idosos renovada, estruturada e eficaz.
4. Predisposição das entidades para parcerias
5. Conetividades: serra/litoral, Baixo Alentejo/Algarve, Portugal / Espanha
6. Boas práticas empresariais (sal, TER, mel, pão, PAM) para benchmarking de proximidade
7. Condições favoráveis à produção de energias renováveis
8. Maior empenho na identidade do território

Atualmente, qual a relevância dos Pontos Fracos elencados para o Baixo Guadiana?

síntese das respostas - Pontos fracos	extremament e relevante	muito relevante	pouco relevante	nada relevante
Deficiências na navegabilidade fluvial	5	5	6	1
Baixa qualidade dos solos	6	7	4	0
Índices de envelhecimento, despovoamento e qualificações	13	4	0	0
Resistências à inovação	5	8	4	0
Incipiente empreendedorismo e gestão de recursos	5	11	1	0
Rede de agentes locais com fraca dinâmica	5	10	2	0
Dependências na transformação e comercialização	5	10	2	0
Modelo de governação regional desadequado	8	7	2	0
Mobilidade lenta, difícil e fragmentada	5	7	4	0
Redução dos serviços sociais nas zonas de interior	10	5	1	1

Os pontos fracos foram os que menos consenso tiveram na parceria. Dos 10 pontos fracos elencados, 4 não tiveram a maioria: “Deficiências na navegabilidade fluvial”, “Baixa qualidade dos solos”, “Resistências à inovação” e “Mobilidade lenta, difícil e fragmentada”. Os restantes, têm sensivelmente o mesmo peso.

Assim, os **pontos fracos** para a Estratégia do Baixo Guadiana 2030 são:

1. Índices de envelhecimento, despovoamento e qualificações
2. Incipiente empreendedorismo e gestão de recursos
3. Redução dos serviços sociais nas zonas de interior
4. Modelo de governação regional desadequado
5. Rede de agentes locais com fraca dinâmica
6. Dependências na transformação e comercialização

Qual a relevância dos objetivos elencados para o Baixo Guadiana?

síntese das respostas - objetivos	extremamente relevante	muito relevante	pouco relevante	nada relevante
1. Coesão territorial - Garantir um território mais coeso, mais capacitado e mais inclusivo.	11	6	0	0
2. Empregabilidade Sustentável - Fomentar o espírito de cooperação competitiva nos agentes do território e o espírito de empreendedorismo.	9	8	0	0
3. Reforço da Estrutura Económica Local	10	7	0	0
4. Facilitar a incorporação da inovação na valorização dos seus recursos distintivos.	9	4	1	0

Os objetivos elencados foram reafirmados pela parceira, de modo praticamente unânime. O último objetivo, relativo à inovação, foi o menos considerado, apesar de reunir bastante consenso.

Assim, os **objetivos** para a Estratégia Baixo Guadiana 2030, são:

1. Coesão territorial - Garantir um território mais coeso, mais capacitado e mais inclusivo.
2. Empregabilidade Sustentável - Fomentar o espírito de cooperação competitiva nos agentes do território e o espírito de empreendedorismo.
3. Reforço da Estrutura Económica Local
4. Facilitar a incorporação da inovação na valorização dos seus recursos distintivos.

De seguida, solicitou-se à parceira da “Estratégia Regional 2030 para o Algarve”, que priorizasse os desafios em termos de:

- Turismo,
- Agroalimentar,
- Alterações climáticas
- Emprego e qualificação.

B. Incidência no Sotavento da Estratégia de Desenvolvimento Regional ALGARVE 2030 (CCDRAlg, aprovada a 11/09/2020):

Dos “Dez desafios e oportunidades para o Turismo no Algarve”, quais são na sua opinião, prioritários para o Baixo Guadiana?

Coloque nº 1 para o mais importante, o nº2 para o 2º, até ao 10, o menos importante.	soma das respostas
Promover a qualidade de vida dos residentes.	62
Reduzir a sazonalidade.	69
Competir com base na diferenciação.	74
Pensar no turista do amanhã.	84
Qualificar os sistemas as pessoas e os palcos.	85
Práticas de gestão sustentável e ambientalmente responsável.	86
Aprofundar as identidades locais.	91
Desenvolver parcerias.	106
Projetar um destino inteligente (uso de TIC pelos turistas).	127
Experienciar o destino.	132

Sendo 17 parceiros, com 10 desafios, se tivesse havido unanimidade, teríamos o desafio mais importante com 17 pontos enquanto que o menos importante teria 170. As respostas demonstram não haver unanimidade, e as opiniões serem muito dispares. As respostas foram colocadas nesta tabela, pela ordem do menor nº, ou seja, por ordem de importância.

Sendo 85 o valor médio, pode concluir-se que os **desafios para o turismo no Baixo Guadiana**, medianamente mais importantes para a parceria são:

1. Promover a qualidade de vida dos residentes.
2. Reduzir a sazonalidade.
3. Competir com base na diferenciação.

Relativamente ao setor agroalimentar, quais as prioridades para o Baixo Guadiana?

Coloque nº 1 para o mais importante, o nº2 para o 2º, até ao 13, o menos importante.	soma das respostas
Otimização das infraestruturas de armazenamento de água, aposta clara na eficiência hídrica e no aproveitamento de origens alternativas de água;	23
Desenvolvimento de modelos de gestão agrícola adaptados e adequados aos sistemas tradicionais presentes na região com recurso a práticas e tecnologias que promovam a produtividade e, ao mesmo tempo, garantam a conservação dos solos, a biodiversidade e a sustentabilidade hídrica;	41
Aposta no desenvolvimento de culturas regionais (seleção e desenvolvimento de variedades de fruteiras regionais, castas) mais adaptadas às condições edafoclimáticas;	63
Desenvolvimento e divulgação de técnicas de rega eficiente;	80
Aposta no desenvolvimento das raças autóctones em sistema extensivo (vaca e cabra algarvias, ovelha churra);	100
Formação técnica em agricultura biológica, ou outros modos de produção compatíveis com a estratégia (CSA - Climate Smart Agriculture, SG – Save and Grow, ou outras práticas);	109
Inovação ao nível dos processos (desenvolvimento tecnológico adaptado a diferentes escalas);	112
Reforço das cadeias curtas de comercialização e dos mercados de proximidade;	122
Divulgação de “boas práticas” em vários domínios;	128
Proteção dos solos agrícolas de outros usos.	145
Inovação ao nível do produto (babyleafs, microvegetais, flores comestíveis);	146
Regulamentação que compatibilize a segurança alimentar e a fiscalidade com estes objetivos estratégicos;	154
Reforço da participação da agricultura familiar nos processos de decisão;	160

No setor agroalimentar, uma das 13 prioridades foi consensual: a eficiência hídrica.

Assim, as **prioridades no agroalimentar no Baixo Guadiana**, consideradas são:

1. Otimização das infraestruturas de armazenamento de **água**, aposta clara na eficiência hídrica e no aproveitamento de origens alternativas de água;
2. Desenvolvimento de modelos de gestão agrícola adaptados e adequados aos sistemas tradicionais presentes na região com recurso a práticas e tecnologias que promovam a produtividade e, ao mesmo tempo, garantam a conservação dos solos, a biodiversidade e a sustentabilidade hídrica;
3. Aposta no desenvolvimento de culturas regionais (seleção e desenvolvimento de variedades de fruteiras regionais, castas) mais adaptadas às condições edafoclimáticas;
4. Desenvolvimento e divulgação de técnicas de rega eficiente.

Do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), quais as linhas de ação que considera prioritárias para o Baixo Guadiana?

Coloque nº 1 para o mais importante, o nº2 para o 2º, até ao 9, o menos importante.	soma das respostas
Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez	27
Prevenção de incêndios rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais	53
Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo	53
Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas	67
Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima	84
Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização	88
Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais	96
Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação	99
Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações	109

Também no que respeita as alterações climáticas, o tema da água transpõe-se como prioritário, muito destacado relativamente ao nível de importância atribuído pela parceria.

Assim, **as linhas de ação prioritárias para o Baixo Guadiana, para as Alterações climáticas**, são:

1. Implementação de boas práticas de gestão de **água** na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez
2. Prevenção de **incêndios** rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais
3. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do **solo**
4. Aumento da **resiliência** dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas.

Em matéria de emprego e qualificação, quais as prioridades que considera mais relevantes para o Baixo Guadiana:

Coloque nº 1 para o mais importante, o nº2 para o 2º, até ao 4, o menos importante.	soma das respostas
Estimular a qualidade do emprego e o aumento da empregabilidade dos ativos, em particular dos que estão em situação de desvantagem no mercado de trabalho, quer através de uma maior seletividade das medidas de apoio ao emprego, quer do estímulo à redução da precariedade e à aprendizagem ao longo da vida;	29
Reforçar a aposta na qualificação dos jovens, designadamente nas vias profissionais alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente Regional, numa atenção particular aos NEET, e no apoio à sua inserção qualificada no mercado de trabalho.	30
Promover a captação de mão-de-obra altamente qualificada fora da região, através de estímulos à mobilidade permanente ou temporária;	50
Estimular a inserção de quadros e técnicos altamente qualificados nas empresas, nomeadamente ao nível da gestão de topo, para apoiar a sua modernização e melhoria da competitividade;	51

Com 16 respostas, também as prioridades definidas para o emprego e qualificação, não são consensuais. Porém há uma distinção clara entre as duas primeiras prioridades e as restantes. Assim, pode-se concluir que as prioridades para o emprego e qualificação, para o Baixo Guadiana, são:

1. **Estimular a qualidade do emprego e o aumento da empregabilidade dos ativos**, em particular dos que estão em situação de desvantagem no mercado de trabalho, quer através de uma maior seletividade das medidas de apoio ao emprego, quer do estímulo à redução da precariedade e à aprendizagem ao longo da vida;
2. **Reforçar a aposta na qualificação dos jovens**, designadamente nas vias profissionais alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente Regional, numa atenção particular aos NEET, e no apoio à sua inserção qualificada no mercado de trabalho.

